



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ**

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTAGIÁRIOS

EDITAL Nº 01/2019-MPPA

SERVIÇO SOCIAL

TARDE



CARGO: SERVIÇO SOCIAL**CONHECIMENTOS GERAIS**

Texto para responder às questões de **01** a **08**.

Aprimorar diálogo ajuda a prevenir tiroteios em escolas

Pesquisas sugerem que atiradores são deprimidos e suicidas. Iniciativas centradas no diálogo e na saúde mental de estudantes e professores podem ajudar a evitar tragédias, dizem especialistas.

Em 1999, poucos dias depois dos ataques ao Colégio Columbine, nos Estados Unidos, um incidente semelhante atingiu a pequena cidade de Taber, em Alberta, no Canadá. Um garoto de 14 anos invadiu o colégio W. R. Myers, disparando a esmo. Matou um estudante e feriu outros dois.

Especialista em estresse pós-traumático, o psicólogo Kevin Cameron foi chamado de imediato, para prestar atendimento às vítimas e sobreviventes. Desde então, ele e seus colegas tentam se antecipar a esse tipo de tragédia: “É possível prevenir tiroteios em colégio. E temos nos aprimorado nessa tarefa”, me disse ele durante o final de semana.

Cameron comanda hoje o Centro Norte-Americano para Avaliação de Riscos e Resposta a Traumas. Seu trabalho envolve ensinar educadores, policiais e pais a identificar jovens em risco para cometer atos de violência extrema, de modo a ajudá-los. Segundo ele, há ao menos duas coisas importantes a saber sobre esses adolescentes: a maioria sofre de problemas psicológicos graves, está deprimida e tem comportamento suicida. Não raro, têm histórico de convívio conflituoso com a família ou de abuso doméstico; e a maioria fala sobre seus planos, com amigos, pais ou professores, antes de executá-los: “A questão é que a maior parte das pessoas não leva a sério. Ninguém acha que aquele garoto seria capaz de praticar algo tão horrendo”, me disse Cameron. [...]

Segundo Cameron, o programa vem se mostrando bem-sucedido. Baseia-se em criar, nas escolas, ambiente propício ao diálogo e de proximidade com as famílias dos estudantes. A ideia é conhecer o contexto em que vivem, que problemas enfrentam, de modo a oferecer ajuda se necessário. Em 2013, o jornal *The New York Times* escreveu a respeito da iniciativa.

Na esteira do atentado à Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano, na última quarta-feira, a questão se tornou fundamental também para o Brasil. Incidentes dessa natureza não são tão comuns no país quanto nos EUA ou no Canadá. Mas pesquisadores defendem que mudar a dinâmica do convívio escolar, de modo a estimular o diálogo e oferecer suporte psicológico a alunos e estudantes, pode reduzir índices de violência: “As escolas mais violentas são aquelas onde há pior comunicação”, me disse a professora Kathie Njaine, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz e especialista em violência em escolas.

Njaine me disse que observou isso em trabalhos desenvolvidos por orientandas suas em municípios da Baixada Fluminense: “Mesmo naquelas situações em que o entorno do colégio era violento, as escolas onde havia uma boa relação com os jovens e as famílias tinham menos conflitos”, afirmou.

Construir ambiente propício ao diálogo nem sempre é tarefa simples. Por vezes, esbarra em problemas relacionados à estrutura das escolas: com tantos alunos, nem sempre professores e funcionários conseguem prestar a devida atenção a todos. É um desafio, também, porque exige que, não raro, as escolas lidem com problemas surgidos fora de seus muros. Compreender os problemas dos jovens requer, por exemplo, estar atento ao contexto em que vivem. “É importante olhar para as relações com a família, para os projetos de vida desses adolescentes”, diz Njaine.

Se o projeto de Los Angeles serve de exemplo, esse esforço de comunicação traz resultados: “Quando tragédias como a de Suzano acontecem, muita gente passa a discutir segurança pública. Passa a falar sobre a necessidade de colocar policiais nas escolas. Isso não basta”, diz Njaine. “Isso não resolve se você não pensar na educação como um todo. É preciso criar, nas escolas, ambientes abertos ao diálogo”.

(Rafael Ciscati. Disponível em: <https://epoca.globo.com/aprimorar-dialogo-ajuda-prevenir-tiroteios-em-escolas-23536751>. 20/03/2019. Adaptado.)

01

Dentre os termos/expressões destacados a seguir, indique aquele cujo sentido, de acordo com o contexto, NÃO foi indicado corretamente.

- A) “disparando a esmo. ” (1º§) / repentinamente
- B) “oferecer suporte psicológico” (5º§) sustentação
- C) “um incidente semelhante” (1º§) acontecimento imprevisível
- D) “ambiente propício ao diálogo” (4º§) caracteristicamente adequado

02

Considerando os excertos: “atendimento às vítimas” (2º§), “se antecipar a esse tipo de tragédia” (2º§), “de modo a estimular o diálogo” (5º§), “relacionados à estrutura das escolas” (7º§) pode-se afirmar que:

- A) Em todos os fragmentos, o emprego da preposição “a” está relacionado à regência verbal.
- B) Os termos regidos são elementos determinantes no uso da preposição “a”, em relação ao uso da norma padrão da língua.
- C) A exigência ou não do acento grave, indicador de crase, na vogal “a”, demonstra mudança do tipo de regência de um fragmento para o outro.
- D) O emprego obrigatório da preposição “a” pode ser observado em todos os trechos destacados, sem exceção, tendo em vista a regência apresentada.

03

De acordo com as informações e ideias apresentadas no texto, assinale a afirmativa correta.

- A) Fatores externos e de extrema gravidade são indicados como exclusivos geradores de tentativas, e até mesmo efetivação, de atentados contra grupos de pessoas diversos.
- B) A prevenção é citada como uma proposta de intervenção para a situação-problema discutida no texto; tal ação apresenta-se em um contexto concreto com determinado detalhamento.
- C) Na tentativa de coibir tragédias como as citadas no texto, é indispensável que sejam mantidas as práticas educacionais atuais, prezando pelo diálogo com o propósito de dirimir futuras ações de violência.
- D) O contexto em que vivem os jovens pode ser considerado um fator de risco contributivo para o envolvimento em situações de violência, prevalecendo de forma negativa sobre uma real oferta de diálogo promovida com objetivo de desfazer possíveis ameaças.

04

Em “Segundo ele, há ao menos duas coisas importantes a saber sobre esses adolescentes: a maioria sofre de problemas psicológicos graves, está deprimida e tem comportamento suicida.” (3º§), acerca da expressão “segundo ele” pode-se afirmar que:

- A) Possui valor aditivo, acrescentando uma nova informação aos fatos relatados anteriormente.
- B) Introduz uma informação por meio da ideia de conformidade, além de retomar um referente já existente no texto.
- C) Demonstra o elevado grau de formalismo do texto; utilizando, para isso, uma locução conjuntiva que realça o referente expresso anteriormente.
- D) Confere destaque à informação mencionada anteriormente, além de estabelecer a progressão referencial necessária ao desenvolvimento do texto.

05

O emprego de verbos impessoais possui características específicas que os distinguem do que ocorre com outros verbos de modo geral. A conformidade de seu uso de acordo com a variedade padrão da língua pode ser observada em “há ao menos duas coisas importantes” (3º§). Indique, a seguir, a alternativa que NÃO apresenta erro de acordo com a norma padrão.

- A) Há de chorar pelos resultados todos que pleiteavam esta causa.
- B) Fatos estranhos havia naquele lugar, era o que constava no relato.
- C) Suponho que ainda devem haver argumentos para serem apresentados.
- D) Certo é que houveram duas discussões sérias acerca do caso relatado, não mais.

06

Em “exige que, não raro, as escolas lidem com problemas surgidos fora de seus muros.” (7º§), as vírgulas foram empregadas com o objetivo de:

- A) Separar elementos coordenados no enunciado.
- B) Separar expressão conclusiva considerando-se a afirmativa anteposta.
- C) Isolar expressão de valor explicativo, relacionada à informação posterior.
- D) Indicar a supressão de um termo, sintetizando o enunciado adequadamente.

07

Pode-se reconhecer que o desenvolvimento do conteúdo textual em análise teve como elemento motivador:

- A) Um fato real e atual.
- B) Uma campanha contra a violência.
- C) Uma determinação de especialistas.
- D) Atentados ocorridos em diferentes países.

08

Ao relacionar os desafios enfrentados nas escolas, o texto aponta duas situações específicas e diversas: a estrutura das escolas e o contexto vivido pelos alunos fora dela. No desenvolvimento dessas ideias, foram utilizadas as expressões “construir ambiente propício” e “problemas surgidos fora de seus muros”. Acerca dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir.

- I. As duas expressões destacadas fazem referência a um mesmo espaço que é reconhecido sob olhares diferentes.
- II. O sentido metafórico pode ser identificado mediante o emprego do verbo “construir” tendo em vista o contexto em que está inserido.
- III. A expressão “fora de seus muros” indica a extrapolação de um limite para atuação na resolução de questões diversas referentes ao contexto vivido pelos alunos.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Texto para responder às questões de 09 a 12.

O desenvolvimento tecnológico é indubitavelmente um fato positivo que traz progresso à vida humana em todos os seus âmbitos, no Direito não há de ser diferente. Existe, contudo, um parvo e limitado ponto de vista segundo o qual a introdução de novas tecnologias no meio jurídico fomentará a substituição de advogados e juízes por máquinas, que seriam mais eficientes, assertivas e rápidas (tanto para fazer petições iniciais quanto formular defesas ou tomar decisões), tudo embasado em *softwares* que buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência.

A falha da supracitada suposição deve-se ao fato de o referido ponto de vista ignorar fatores e características importantes de um ser humano. Uma máquina ou um programa computacional não possuem capacidade de trabalhar casuisticamente (trabalhariam somente com teses padronizadas e programadas), assim como são incapazes de colocar emoções nas acusações ou defesas, e muito menos podem interagir com o cliente e com todas as variáveis de cada situação. Existem muitas características exclusivamente humanas que são essenciais para as profissões jurídicas e jamais poderão ser alcançados por *softwares*.

(Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mar-29/opiniao-influencia-desenvolvimento-tecnologico-direito>. Uma análise sobre a influência do desenvolvimento tecnológico no Direito. 29/03/2019. Por Flavio Quinaud Pedron, André Reale e Cleidineia Ramalho. Fragmento.)

09

Considerando as ideias apresentadas, infere-se do texto que:

- A) Pontos de vista distintos são prejudiciais à medida que causam certo entrave ao processo de desenvolvimento social e profissional.
- B) A suficiência do desenvolvimento tecnológico não pode ser reconhecida por algumas categorias da sociedade tendo em vista parâmetros retrógrados e tradicionais.
- C) O uso inadequado da tecnologia poderá contribuir para que aspectos negativos possam dominar algumas esferas da sociedade, inclusive as relacionadas aos profissionais citados no texto.
- D) Há um confronto válido acerca da suposição inicial quanto à forma de aplicação de novas tecnologias baseado em argumentos que indicam uma posição favorável à manutenção de determinadas práticas.

10

Em “Existe, contudo, um parvo e limitado ponto de vista segundo (...)” (1º§) o termo separado por vírgulas:

- A) Amplia a informação posterior.
- B) Contesta a informação anterior.
- C) Intensifica a formalidade textual.
- D) Justifica a contestação feita a seguir.

11

O período *“O desenvolvimento tecnológico é indubitavelmente um fato positivo que traz progresso à vida humana em todos os seus âmbitos, no Direito não há de ser diferente.”* (1º§) manteria a correção linguística e semântica de acordo com a seguinte reescrita:

- A) O desenvolvimento tecnológico é certamente um fato positivo que, no Direito, traz progresso à vida humana em todos os seus aspectos.
- B) Assim como o desenvolvimento tecnológico é concretamente um fato positivo que traz progresso à vida humana em todos os seus âmbitos, o Direito também o é.
- C) Mostra-se, incontestavelmente, como um fato positivo que traz progresso à vida humana em todos os seus âmbitos, o desenvolvimento tecnológico; não sendo diferente no Direito.
- D) O desenvolvimento para a tecnologia, indubitavelmente, promove um fato positivo — trazem progresso à vida humana em todos os seus âmbitos — no Direito não há de ser diferente.

12

Quanto aos termos destacados em: *“Existe, contudo, um parvo e limitado ponto de vista segundo o qual a introdução de novas tecnologias no meio jurídico fomentará a substituição de advogados e juizes por máquinas, que seriam mais eficientes, assertivas e rápidas (tanto para fazer petições iniciais quanto formular defesas ou tomar decisões), tudo embasado em softwares que buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência.”* (1º§) pode-se afirmar que:

- I. Todos têm o mesmo referente e são classificados como partículas integrantes das orações em que estão inseridos.
- II. As duas ocorrências do vocábulo “que” demonstram o desempenho da função sintática de sujeito nas orações em que se apresentam.
- III. Apenas as duas ocorrências do “que” possuem referente textual, o mesmo não ocorre com “o qual”, expressão responsável por contribuir para a progressão textual.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) II e III, apenas.

13

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 57, de 06 de julho de 2006, acerca da autonomia do Ministério Público do Pará, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, não dispondo de dotação orçamentária própria.
- II. Ao Ministério Público compete a elaboração das regras e normas de seu próprio regimento interno.
- III. O Ministério Público detém autonomia para a prática de seus próprios atos de gestão.
- IV. A aquisição de bens e a contratação de serviços, efetuada a respectiva contabilização, cabem ao Ministério Público.
- V. Cabe ao Ministério Público, após proposta apresentada pelo Poder Legislativo, fixar e reajustar o subsídio de seus membros.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) II, IV e V.
- D) II, III e IV.

14

Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, no que se refere à organização, é correto afirmar que:

- A) Os Subprocuradores-Gerais de Justiça são órgãos de Administração Superior.
- B) As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público.
- C) Dentre os órgãos de Execução, destaca-se a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- D) Os estagiários são legalmente situados dentre os órgãos de execução, vez que atuam dentro das Promotorias.

15

O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do estado do Pará afastou-se em caráter de urgência, em licença médica. Diante do ocorrido, o Corregedor-Geral do Ministério Público o substituiu de imediato.

Considerando a situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.

- A) A substituição pelo Corregedor-Geral somente ocorre na falta de um dos Subprocuradores-Gerais de Justiça designados.
- B) Na falta do Corregedor-Geral do Ministério Público, substituirá o Procurador-Geral de Justiça, um dos Procuradores de Justiça, observada a ordem de designação.
- C) Apenas o Procurador de Justiça mais antigo do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público poderia substituir o Procurador-Geral em casos de ausência.
- D) Segundo estabelece a Lei Orgânica do Ministério Público, a preferência na listagem de substituição do Procurador-Geral é do Corregedor-Geral, seguido dos Subprocuradores-Gerais de Justiça e, na ausência destes, do Procurador de Justiça mais antigo.

16

A aprovação do Regulamento do Estágio no Ministério Público, que disciplina seleção, investidura, atribuições, vedações e dispensa de estagiários, é de competência do:

- A) Corregedor-Geral.
- B) Promotor de Justiça.
- C) Colégio de Procuradores de Justiça.
- D) Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

17

Considerando o que dispõe a Lei Orgânica do estado do Pará sobre os estagiários, assinale a alternativa correta.

- A) O estágio poderá se dar por 2 (dois) anos, sendo possível uma prorrogação por igual período.
- B) O estágio será remunerado e gera vínculo empregatício temporário com o Ministério Público.
- C) O Regulamento do Estágio do Ministério Público será solicitado por proposta do Procurador-Geral de Justiça.
- D) O Ministério Público somente oferecerá estágio a alunos dos últimos 3 (três) semestres de seus respectivos cursos.

18

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, pautando-se por Princípios Institucionais. Indique a alternativa que contempla corretamente os Princípios Institucionais do Ministério Público.

- A) Da Universalidade, da Autonomia e da Indivisibilidade.
- B) Da Unidade, da Indivisibilidade e da Independência funcional.
- C) Da Autonomia, da Transparência e da Independência funcional.
- D) Da Transparência, da Universalidade e da Independência funcional.

19

Os cargos de Promotor de Justiça são classificados em entrâncias. A terceira entrância é correspondente às Promotorias de Justiça:

- A) Da Comarca de Belém.
- B) Dos municípios ou Comarcas de médio porte populacional.
- C) Dos municípios ou Comarcas de maior demanda de serviços.
- D) Dos municípios ou Comarcas de menor ou médio porte populacional.

20

Para indicação à vaga de Desembargador pelo quinto constitucional devida ao Ministério Público, o candidato a integrar a lista sêxtupla deverá atender aos seguintes requisitos, EXCETO:

- A) Ter mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade.
- B) Ter atuado mais de 10 (dez) anos em terceira entrância.
- C) Ter mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício na carreira.
- D) Não ter sofrido qualquer punição disciplinar em toda a sua carreira como membro do Ministério Público.

21

A nomeação do Procurador-Geral de Justiça é feita pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os integrantes da carreira do Ministério Público que atendam aos requisitos legais, mediante lista tríplice que será formada pelos membros do Ministério Público mais votados em eleição realizada para esse fim. Sobre as eleições para lista tríplice, é correto afirmar que:

- A) A Comissão Eleitoral é presidida pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
- B) Havendo empate terá preferência o candidato mais antigo na carreira do Ministério Público.
- C) Não caberá recurso da decisão que indeferir o pedido de registro com base no não atendimento dos requisitos legais da função.
- D) O requerimento do interessado poderá ser direcionado à Comissão Eleitoral no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do Edital de Eleições.

22

A destituição do Procurador-Geral de Justiça poderá ser proposta por iniciativa do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo, neste caso, serem observadas a forma e a condução previstas na Lei Orgânica do Ministério Público. Serão razões para a destituição do Procurador-Geral de Justiça do cargo, EXCETO:

- A) Abuso de Poder.
- B) Conduta incompatível.
- C) Prática de jogos de azar.
- D) Grave omissão dos seus deveres legais.

23

Em algumas situações específicas, é possível, ao membro do Ministério Público afastado de seu cargo, o reingresso, reestabelecendo o vínculo jurídico com o Ministério Público. Sobre as modalidades de reingresso, assinale a alternativa correta.

- A) O aproveitamento é facultativo quando for reestabelecido o cargo de cuja extinção decorreu a disponibilidade.
- B) Tem-se a reversão nos casos em que seja declarado por junta médica oficial, insubsistente o motivo da aposentadoria.
- C) A remoção por permuta permite o reingresso do membro a cargo ocupado, mediante interesse de permuta pelo atual ocupante.
- D) Na reintegração há o retorno do membro ao cargo, sem, contudo, fazer jus ao ressarcimento dos subsídios e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento.

24

Considerando as vedações impostas aos membros do Ministério Público, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedado aos membros do Ministério Público receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, porcentagens ou custas processuais.
- II. Poderá o membro do Ministério Público exercer a advocacia, tão logo seja afastado por aposentadoria, ainda que no juízo do qual se afastou.
- III. Não há impedimentos para que o membro do Ministério Público participe de sociedade comercial.
- IV. É permitido ao membro do Ministério Público o exercício do Magistério.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

25

Constitui um dos princípios da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993):

- A) Submissão à lógica mercantil por meio das entidades prestadoras de serviços.
- B) Responsabilização das entidades filantrópicas na coordenação da política de assistência.
- C) Provisão de benefícios assistenciais independente do perfil e da necessidade do beneficiário.
- D) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de renda *per capita* familiar.

26

Sobre a natureza e emergência do Serviço Social no Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- I. Conforme a perspectiva histórico-crítica, a profissionalização do Serviço Social relaciona-se com a evolução da ajuda, racionalização da filantropia e organização da caridade.
- II. Na ordem monopólica surgem as expressões da questão social e gestam-se as condições histórico-sociais para que, na divisão social e técnica do trabalho, constitua-se um espaço em que possam mover práticas profissionais como as do assistente social.
- III. Para Netto (2001), o sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social. Constituem fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social: o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas sócio-históricas, o horizonte de seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção.
- IV. Com a criação das grandes instituições assistenciais e previdenciárias, especialmente na década de 1940, o Estado passou a intervir não somente na regulação da força de trabalho, mas também no estabelecimento e controle de uma política assistencial vinculada às organizações representativas das classes produtoras. A legitimidade da intervenção do profissional passou a ser derivada do mandato institucional confiado ao assistente social, direta ou indiretamente, pelo Estado.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

27

Acerca dos fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social na contemporaneidade, é correto afirmar que:

- A) O exercício profissional do assistente social realiza-se pela mediação do trabalho autônomo e o Estado e os organismos privados – empresariais ou não – são os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional.
- B) Dentre as diferentes vertentes teórico-metodológicas que fundamentam o Serviço Social na contemporaneidade destacam-se: a vertente “intenção” de ruptura, a vertente de cariz tecnocrática, a vertente do conservadorismo tradicional, a vertente neoconservadora.
- C) As políticas sociais expressam desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características etnicorraciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.
- D) O projeto ético-político profissional realiza-se, conforme Iamamoto (2008), nos seus instrumentos legais, nas expressões e manifestações coletivas da categoria, na razão formal-abstrata, nas articulações com outras entidades de Serviço Social, no trabalho profissional desenvolvido nos diferentes espaços ocupacionais, no ensino universitário.

28

Constituem particularidades do Serviço Social no sociojudiciário, EXCETO:

- A) O Serviço Social no sociojurídico compreende, além do Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público, os sistemas prisional e de segurança, as organizações que executam medidas socioeducativas com adolescentes, dentre outros.
- B) As requisições conservadoras nos espaços de trabalho do sociojurídico têm se objetivado, dentre outras, por meio de disposições legislativas e de projetos de lei que retrocedem em relação a direitos conquistados com e a partir da Constituição Federal de 1988.
- C) No atual contexto socio-histórico, a criminalização dos pobres e a judicialização de expressões da questão social se acentuam e tendem a se ampliar, as práticas de resistência na direção da afirmação e defesa dos direitos humanos e de denúncia e rompimento com práticas disciplinadoras e punitivas coadunam com o Código de Ética da profissão (1993).
- D) A elaboração do novo Código de Menores, em 1979, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, provocou uma retração das frentes de atuação do assistente social, o que levou a profissão a se debruçar de forma mais sistemática sobre as práticas desenvolvidas nessas instituições que estabeleciam relação direta com o universo do “jurídico”.

29

O Código de Ética do Assistente Social (1993) funda-se, dentre outros, nos seguintes princípios e valores:

- I. Exercício profissional sem ser discriminado, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, racionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física / Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas.
- II. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas / Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo / Ampliação e consolidação da cidadania considerada tarefa primordial de toda sociedade.
- III. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática / Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão / Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.
- IV. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores / Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social / Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e III.

30

Dentre as competências profissionais dos assistentes sociais encontra-se o estudo social. Sobre a utilização deste instrumental técnico-operativo na profissão no campo sociojurídico, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O estudo social, que resulta na produção de um documento que contém a avaliação do profissional de Serviço Social, é, historicamente, o que é demandado nas instituições sociojurídicas. Contudo, o significado do que seja o estudo social também está em disputa; seja pelo que é requisitado, seja pelo entendimento histórico construído pela profissão.
- B) O posicionamento técnico tem a potência de influir na tomada de decisão pelas figuras de autoridade; nesse contexto, o papel do assistente social não é o de decidir, “mas o de criar conhecimentos desalienantes sobre a realidade, a ser analisada para se deliberar sobre a vida das pessoas”, com as quais estabelecemos compromissos éticos e políticos.
- C) A perspectiva conservadora do estudo social é, frequentemente, acionada para os assistentes sociais a realizarem, manifestando-se de diversas formas, dentre as quais para atestar a “veracidade dos fatos narrados”, em situações, por exemplo, de denúncias de maus-tratos e para verificar se um casal está habilitado para adotar crianças, afirmando, de diversas maneiras, que serão bons pais.
- D) A perspectiva conservadora do estudo social é, frequentemente, acionada para os assistentes sociais a realizarem, manifestando-se de diversas formas, dentre as quais para realizar “exames criminológicos”, de modo a atestar se o detento ainda possui algum nível de periculosidade em sua personalidade, que o impeça de voltar ao convívio social fora do espaço da prisão e para desvelar as expressões da questão social vivenciadas pelos sujeitos de direitos que acessam o poder judiciário.

31

São atribuições privativas do assistente social, EXCETO:

- A) Assessoria e consultoria e órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social e dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas.
- B) Direção e coordenações de associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social e coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- C) Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social e elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil, dentre outras.
- D) Ações profissionais e realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar pareceres sobre a matéria de Serviço Social, dentre outras.

32

O estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório no processo de formação de assistentes sociais. A Política Nacional de Estágio, aprovada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, em 2010, afirma que:

- I. No estágio supervisionado, a articulação entre formação e exercício profissional expressa e potencializa a interlocução entre estudantes, professores e assistentes sociais dos campos de estágio.
- II. A dimensão técnico-operativa deve ser garantida na experiência de estágio e destacada da dimensão teórico-metodológica, evitando a tendência do teorismo, especialmente quando se trata da vivência no campo ou da supervisão de campo.
- III. O estágio supervisionado tem como princípio a articulação entre universidade e sociedade, uma vez que o estágio se constitui como um elemento potencializador desta relação, fomentando o conhecimento acerca da realidade e contribuindo na identificação e construção de respostas às demandas e desafios contemporâneos.
- IV. O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, enquanto estudante, nas diferentes expressões da questão social.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.

33

Acerca das instruções sociais de processos, sentenças e decisões, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Como no sistema de justiça o estudo social é realizado com a finalidade de instruir o processo com conhecimentos da área de Serviço Social recebe, também, a denominação de perícia social.
- B) A entrevista social é comumente usada em várias instâncias de trabalho no Judiciário como mais uma possibilidade de dialogar e conhecer a realidade sociocultural e familiar dos sujeitos, a partir de seu espaço de vivência – em condição diferente à da entrevista realizada no espaço físico de um fórum.
- C) É prerrogativa do magistrado definir os meios necessários para atingir a finalidade de uma ação do assistente social relacionada ao estudo social e/ou perícia social. É esse profissional que, por uma ação refletida e planejada, define quais conhecimentos deverá acessar e em que nível irá aprofundá-los.
- D) A instrução social faz parte da instrução processual, ou seja, conhecimentos da área de Serviço Social, registrados em um informe, um relatório, um laudo ou um parecer, servem de referência ou prova documental que irá contribuir para formar o processo, para informar a ação sobre a qual o magistrado decide.

34

Sobre as formas de compreender e responder às manifestações da “questão social”, que se modificam a partir dos interesses e momentos históricos, assinale a afirmativa correta.

- A) No capitalismo monopolista, a “questão social” deixa de ser caso de política e passa a ser caso de polícia.
- B) No neoliberalismo, o Estado passa a assumir um papel fundamental no enfrentamento da “questão social”.
- C) Na fase monopólica expansiva do capital, a “questão social” é tratada com políticas sociais e o Estado assume o papel regulador da proteção social.
- D) No capitalismo livre concorrencial, a ideia de mão invisível era hegemônica; isso colocava sob o Estado a responsabilidade de regular as relações políticas, econômicas e sociais.

35

Conforme a perspectiva histórico-crítica, a sociedade capitalista apresenta distintas respostas às manifestações da “questão social”. Dessa forma, é correto afirmar que:

- A) A coerção é a forma privilegiada e exclusiva que o capital lança mão para responder às manifestações da “questão social”.
- B) As políticas sociais são formas exclusivas de enfrentar as manifestações da “questão social”, respondendo, particularmente, aos interesses dos trabalhadores.
- C) As políticas sociais são as formas menos usuais para responder às manifestações da “questão social” e, quando usadas, atuam exclusivamente na resposta aos interesses dos trabalhadores.
- D) A coerção e o consenso são formas complementares e dialéticas de responder às manifestações da “questão social”, seja via políticas sociais ou pela força; ambas assumindo dimensões contraditórias.

36

Em relação à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), é correto afirmar:

- I. Tem centralidade no indivíduo para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.
- II. O estabelecimento de uma relação de subalternidade entre o poder público municipal e a comunidade constitui uma particularidade da PNAS.
- III. Constitui à Assistência Social possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de sua participação no controle social sobre a política.
- IV. Constituem público usuário da PNAS cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

37

Tendo como referência a análise histórico-crítica, no contexto neoliberal, as entidades de caráter filantrópico constituem alternativas para que, por meio das políticas e financiamentos estatais e da participação da sociedade civil, haja um processo de:

- A) Reajustamento: garantia real de atendimento aos “excluídos”.
- B) Redistribuição: um processo de ajuste fiscal, com políticas redistributivas.
- C) Remercantilização: iniciativas públicas sem campo lucrativo de investimento.
- D) Refilantropização: diluição das obrigações do Estado, com o estímulo de ações realizadas por ONGs e fundações não estatais.

38

No que tange ao Benefício de Prestação Continuada, estabelecido na Lei Orgânica de Assistência Social, bem como nas alterações previstas pela Lei nº 9720/98, assinale a alternativa correta.

- A) O beneficiário deve ser revisto a cada três anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- B) O pagamento do beneficiário cessa incondicionalmente depois de transcorridos cinco anos de ininterrupto recebimento.
- C) O benefício pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o de assistência médica.
- D) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa, a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1/3 do salário mínimo.

39

Segundo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/ 2003), assinale a afirmativa correta.

- A) É obrigação do Poder Público, exclusiva e irrestritamente, assegurar a todo idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida.
- B) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente, sendo obrigação da família exclusivamente a efetivação do direito à vida.
- C) É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por sua livre escolha pelo sistema de saúde mais adequado, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, sendo assegurada pelo Estado exclusivamente a efetivação do direito à vida.
- D) É assegurado ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do INSS, pelo serviço público ou privado de saúde, que integre o SUS, sendo de responsabilidade da família, da comunidade e do Estado, a efetivação do direito à vida.

40

De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei nº 10.826/2003), são medidas protetivas de urgência que se referem ao agressor, EXCETO:

- A) Há a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores.
- B) Há a suspensão da posse ou restrição do porte de armas do agressor.
- C) Há a restrição das obrigações alimentícias com os dependentes menores.
- D) Há a proibição do contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada em material transparente. Todos os demais objetos devem ser colocados na embalagem não reutilizável fornecida pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e carteira com documentos e valores em dinheiro.
2. Não é permitido empréstimo de material nem qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou por qualquer outro meio, nem utilizar ou portar, mesmo que desligados, durante realização da prova, *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pendrive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, carteiras, bem como utilizar ou portar, durante a sua realização, óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia), protetor auricular, chapéu, boné, gorro, etc.
3. O tempo de duração do Processo Seletivo é de 3 (três) horas e abrange a assinatura e a transcrição das respostas para a Folha de Respostas.
4. Com vistas à garantia da segurança e a lisura do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de coleta de impressão digital e, ainda, ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída dos sanitários durante a realização da prova.
5. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas que lhe foi fornecida estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As questões da prova objetiva são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D) e uma única resposta correta.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas (Gabarito) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
8. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir acerca das questões.
9. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá deixar o local de realização da prova objetiva depois de transcorridos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o Caderno de Provas. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem com a assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos dois outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e pelo Coordenador da Unidade Escolar.

RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito preliminar das questões objetivas da prova será divulgado nos *sítes* da Consulplan (www.consulplan.net) e do MPPA (www.mppa.mp.br), a partir das 18h do dia 16 de junho de 2019.
- O candidato que desejar interpor recursos contra o gabarito preliminar poderá fazê-lo, no prazo de 2 (dois) dias, a partir do dia subsequente ao da divulgação.